

Refúgio na África do Sul: experiências dentro e fora de um campo de refugiados ¹

Fernanda Martinelli

USP/São Paulo

Palavras-chave: Refúgio; xenofobia; África Austral

Introdução

As primeiras notícias que tive acesso em relação aos refugiados na África do Sul mostravam uma situação complexa: em 2019, um grupo de cerca de 600 pessoas estavam “acampadas” dentro da igreja metodista no centro da Cidade do Cabo. Homens, mulheres e crianças ocupavam o espaço com seus pertences, contando com o suporte inicial do reverendo Alan Storey. Apesar da aparente homogeneidade e de uma demanda comum - seu reassentamento em um terceiro país - um maior aprofundamento sobre a situação trazia as diferenças entre o grupo e os conflitos entre lideranças que geraram a posterior separação em ocupações dentro e fora da igreja.

Após alguns meses e com o advento da COVID-19, as pessoas foram expulsas da igreja pelo governo sul-africano. De maneira remota não consegui informações sobre para onde elas teriam ido, mas a casualidade me levou até elas posteriormente: a primeira pessoa refugiada que entrevistei (*online*) me indicou o contato de uma amiga que também poderia ser entrevistada e ela estava dentre este grupo, mas agora vivendo em um campo de refugiados não-oficial.

A África do Sul não possui uma política de acampamento, argumentando que os refugiados devem se integrar à sociedade. Apesar disso, há dois campos não-oficiais na Cidade do Cabo, e esta integração não ocorre da maneira esperada, como abordarei adiante.

Este trabalho irá discutir os processos do refúgio na África do Sul e as possibilidades de vida para as pessoas refugiadas, trazendo as diferenças e similaridades das experiências de pessoas vivendo dentro e fora do campo de refugiados, considerando

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

suas diferentes situações legais. Esta pesquisa está sendo realizada graças ao apoio que recebi em diferentes momentos da CAPES, CNPq e Fapesp.

Refúgio na África do Sul

A África do Sul se mostra um destino importante para pessoas refugiadas no continente africano. Segundo dados da UNHCR (*United Nations High Commissioner for Refugees*), o país abriga 250.250 refugiados e solicitantes de asilo. Os principais países de origem são o Burundi, República Democrática do Congo, Ruanda, Sudão do Sul, Somália e Zimbábue². Há um grande debate a respeito destes dados, pois nem todas as pessoas são contabilizadas e o número deve ser ainda maior.

A lei que garante os direitos e estabelece os critérios para obter o *status* de refugiado é a *Refugees Act* 130 de 1998 (SOUTH AFRICA, 1998). Esta determina que pode adquirir esta garantia legal qualquer pessoa com um fundado temor de ser perseguido em razão de sua raça, tribo, religião, nacionalidade, opinião política ou ser parte de um grupo em particular, sendo incapaz de obter proteção em seu próprio país ou por não ter nacionalidade e encontrar-se fora de seu país de residência, não podendo retomar a ele. Outros critérios dizem respeito a pessoas que precisaram deixar seu país por eventos de distúrbio da ordem pública ou por ser dependente de uma pessoa que se enquadre em um dos critérios anteriores. Esta lei também está diretamente atrelada a convenções internacionais sobre a questão. Apesar da suposta garantia legal, pesquisas mostram que obter o status legal de refugiado na África do Sul não é um processo simples, e as pessoas podem ficar anos com o *status* legal de “solicitante de asilo”, tendo um dos períodos de adjudicação mais longos do mundo (SCHOCKAERT et al, 2020).

A aplicação de asilo é feita em um Escritório de Recepção de Refugiados (*Refugee Reception Office*) e nele a pessoa adquire uma permissão inicial enquanto “requerente de asilo”. Essa permissão precisa ser renovada a cada 1, 3 ou 6 meses em um dos escritórios e continua até que a pessoa consiga uma entrevista com um Oficial de Determinação de Status de Refugiado (*Refugee Status Determination Officer*) que aprova ou rejeita o pedido. Caso a decisão seja negativa é possível apelar através do Conselho de Apelação

² <https://www.unhcr.org/south-africa.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2024.

para Refugiados (*Refugee Appeal Board*) ou Comitê Permanente para Assuntos de Refugiados (*Standing Committee for Refugee Affairs*) (SCHOCKAERT et. al., 2020).

Existem cinco³ Centros de Refugiados (*Refugees Centers*) no país, onde é possível solicitar a documentação para o status legal de refugiado. Isso quer dizer que as pessoas quando vivem em outras cidades precisam se deslocar a esses escritórios com frequência, pois os documentos não são transferidos de localidade (SCHOCKAERT et. al., 2020), trazendo ainda mais barreiras e dificuldades neste processo.

Uma das contradições existentes neste processo é que os regulamentos da Lei dos Refugiados estipulam que os pedidos de asilo deveriam ser julgados pelo Departamento de Assuntos Internos (*Department of Home Affairs - DHA*) dentro de 180 dias após a apresentação de um pedido de asilo, mas na prática o país tem um número muito grande de processos de asilo pendentes, chegando a quase 200 mil. Esta longa espera pela documentação prejudica o acesso a direitos e gera consequências negativas na saúde mental das pessoas refugiadas, como apontam Schockaert et. al. (2020). A isso também se somam as possibilidades de trabalho e moradia no país, que irei aprofundar adiante.

Possibilidades do refúgio dentro e fora do campo de refugiados

Para adentrar ao campo de pesquisa, contei com o apoio de uma professora da UWC (University of the Western Cape), na Cidade do Cabo, que me indicou o contato para a primeira entrevista com uma mulher refugiada do Congo, a Beatrice⁴. A partir dela conheci Therese, do mesmo país, com quem inicialmente troquei mensagens pelo *whatsapp* e depois conheci pessoalmente em minha ida a campo.

No início de meu diálogo com Therese, trocamos mensagens e ela me enviou vídeos do campo de refugiados, feitos por ela e produzidos por jornais locais. Um de seus vídeos traz parte da realidade cotidiana: ao longo das manhãs, mulheres recolhem pedaços de madeira para serem utilizados no fogão à lenha da cozinha. Por mais que o áudio do vídeo em que vejo esta cena não me permita compreender completamente as falas que misturam idiomas, risos e conversas, o tom da fala de Therese não deixa dúvidas sobre

³ *Port Elizabeth (Eastern Cape), Pretoria (Gauteng), Música (Limpopo), Durban (Kwazulu-Natal) e Cape Town (Western Cape)*. O escritório na Cidade do Cabo estava fechado anteriormente e foi reaberto apenas em abril de 2023.

⁴ Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos e das participantes.

seu caráter de denúncia das condições em que ela e outras pessoas estão vivendo nesse momento.

Quando estive lá, pude constatar que o campo fica em um grande terreno protegido por uma cerca e portão. Dentro dele há uma grande lona branca, e dentro dela há diversas subdivisões que simulam quartos, com madeirite. Apesar das tentativas de divisões, a aproximação física faz com que diversas doenças se espalhem com facilidade entre as pessoas, e me foi relatado que já haviam ocorrido diversos casos de tuberculose. Do lado de fora há cinco banheiros químicos para homens e cinco para mulheres e estes são limpos uma vez por semana, o que é insuficiente para as cerca de 130 pessoas que vivem ali. Também do lado de fora há cozinhas improvisadas e varais para estender as roupas.

As cozinhas foram feitas com madeira e cobertas por lona preta. Dentro delas havia pedaços de madeira para serem utilizados como lenha. Uma das moradoras do local me disse que isso foi feito para não cozinhar dentro do acampamento, por conta do risco de incêndio, e a lona garantia ser possível realizar a atividade em dias de chuva. Em contraponto, esta faz com que a fumaça fique presa dentro da estrutura, gerando prejuízos à saúde quando inalada. Uma outra mulher me disse que era asmática, o que tornava a situação ainda mais grave para ela.

Therese havia me dito pelo *whatsapp* que as pessoas estão vivendo de doações, e complementou: “nós somos como peixe em um aquário. Mesmo gritando ninguém pode ouvir nossas vozes, mesmo chorando ninguém pode ver nossas lágrimas”⁵. Este forte relato evidencia a situação das pessoas que estão refugiadas neste campo. Sua fala ressalta que mesmo o sofrimento não é capaz de mobilizar compaixão ou gerar mudanças, pois ninguém, seja o governo ou Organizações Não-Governamentais, parece notar.

Anteriormente ao acampamento da igreja, as pessoas acamparam em frente ao escritório da UNHCR por duas semanas. Quando perguntei a Therese se haviam entrado em contato com alguma ONG sul-africana que acolhe refugiados, ela me disse:

[eles] sabem nossa situação e onde nos encontrar. Nós não estamos pedindo o paraíso, apenas um terceiro país onde

⁵ *We are like fish in aquarium. Even we're screaming none can't hear our voices, even cried none can't see our tears.*

possamos estar seguros. A maioria das ONGs o governo da África do Sul disse para se manterem longe de nossa situação.⁶

Therese vive no país há 10 anos e atualmente está com dificuldades em renovar seus documentos. Não está trabalhando, assim como é o caso de várias pessoas com quem conversei no campo, visto que a falta de documentação é um forte impeditivo para conseguir trabalho. A vida no local aumenta a vulnerabilidade das pessoas, dada as condições sanitárias e também por ser um campo não-oficial, já que elas mesmas precisam se responsabilizar por sua segurança. Além disso, existe uma forte estigmatização deste grupo, que é taxado muitas vezes como criminoso ou criticado por estar exigindo direitos que os próprios sul-africanos não possuem. A vida fora do campo pode ser melhor de alguma forma, a depender do status legal e situação financeira. Neste sentido, trago aqui as experiências de duas mulheres, Louise e Beatrice.

Louise é uma mulher de 56 anos da República Democrática do Congo que está no país há 28 anos. É casada, tem cinco filhos e é proprietária de uma barraca em um local de comércio de artesanatos e roupas. No local ela é conhecida por *Mamma*, porém não é a única mulher mais velha que ouvi recebendo este mesmo tratamento. Em outro contexto também conheci uma mulher da mesma nacionalidade que era chamada desta forma, e o termo denota respeito e carinho. No caso de Louise, este tratamento não era dado apenas por congolezes, mas também por pessoas de outras nacionalidades, inclusive sul-africana. Em seu local de trabalho ela tem uma posição social de respeito e enquanto eu estava lá, várias pessoas que trabalhavam nos arredores pararam para conversar com ela. Isso só é possível por estar regularizada no país, atualmente como residente permanente, pois caso não tivesse documentação não poderia ter seu próprio comércio, ou sofreria represálias se tentasse estabelecê-lo de maneira ilegal.

Beatrice é do Congo, tem 50 anos, é casada e tem dois filhos, está no país há 21 anos. Trabalha como professora de francês em uma escola, mas seu marido não tem um emprego formal como ela. Em nossa conversa, ela evidenciou como em diversos momentos é chamada e tratada como estrangeira no país, narrando casos de violência

⁶ *[they] know our situations and they know where to find us. We aren't asking paradise, we just the 3rd country's where we can be safe that all. Most of NGOs south Africa government told them to be away from our situations.*

xenofóbica. Trago aqui dois relatos, o primeiro trata uma situação de xenofobia que aconteceu com seu marido, o segundo uma situação vivenciada por ela:

Eu estava vendo ele [marido] ficar doente. Então fui para a clínica, como um grande hospital. Estamos apenas esperando. Naquela época não saía o nosso papel, eles nos dão os recibos, (...) estamos só esperando, esperando e o quê? Um homem veio dizer "mostre o papel", eu disse "que papel?". Mostramos o recibo que eles nos dão, ele falou "não, o recibo não, pode levar o seu papel, se não tiver o papel (...) volte para o seu país. Volte para o seu país, vai lá". Você vê? E então eu chorei naquele dia. Eu até fui ao banheiro só rezando, rezando porque meu marido estava se sentindo, ele não estava se sentindo bem. Mas sabe, eles não atenderam a gente, nem receberam a gente, falaram "vai", e a gente não tinha dinheiro pra ir na clínica particular. Então, você tem que conseguir um dinheiro para ir à clínica particular.⁷

Neste caso, o “papel” cobrado pelo trabalhador do hospital era a documentação de seu status de refugiada. Fica evidente uma violação de seu direito de acesso ao serviço de saúde por ser estrangeira, o que Beatrice disse não saber naquela época, mas posteriormente tomou conhecimento de que seu marido tinha o direito de ter sido atendido, independente da documentação.

A seguir trago uma situação vivenciada pela própria Beatrice:

um dia eu estava no trem, eu estava no trem e o trem estava muito cheio, e veio uma senhora... veio uma senhora, ela perguntou se a gente podia se mexer, para que ela pudesse sentar. Então, ela disse e outras pessoas ficaram em pé porque estava muito cheio e os sul-africanos começaram a falar "olha essa estrangeira, olha essa estrangeira, você só consegue

⁷ *I was watching him getting sick. So went to the clinic, like in the big hospital. We are just waiting. At that time our paper was not out, they give us the receipts (...), we are just waiting, waiting and what? One man came say "show the paper", I said "what paper?" We show the receipt that they give us, they said "no, not the receipt, you might take your paper, if you don't have the paper (...) go back to your country. You go back to your country, go to there". You see? And then I cried that day. I even went to the toilet just praying, praying because my husband was feeling, he was not feeling well. But you know, they didn't treat us, they didn't even receive us, they say "go", and we didn't have money to go to the private clinic instead. So you have to look for a money to go to the private clinic.*

lugar para as irmãs estrangeiras" e eles estão gritando na língua deles, entende? E ele disse "oh, por que você está olhando feio?". Eu perguntei a eles antes de me sentar. Então ele começou a falar "Ah! Você tem que voltar para o seu país!". Sabe, apenas coisas assim. "Volte para o seu país. O que você está fazendo aqui? Vocês estão questionando o quê? O quê? O que você vê? Você vem e pega nossos trabalhos, então pede alguns deveres." E havia muita raiva. Então uma pessoa estava se levantando na estação e me puxou! (...) Eu poderia ter caído ou morrido ou... sabe?⁸

No segundo relato a situação cotidiana de pegar o trem para se deslocar na cidade é invadida pela violência, que vai de ofensas à agressão física. Não só Beatrice e Therese reforçaram seus desejos de sair da África do Sul, mas escutei esta fala de outras pessoas, migrantes e refugiadas. As pessoas do campo de refugiados afirmam categoricamente que o país não é seguro para eles, e me encaminham com frequência vídeos de ataques contra estrangeiros.

Beatrice e Louise, apesar de trabalharem e viverem há muitos anos no país, trouxeram relatos bastante distintos. Louise e seu marido trabalham e ela é dona de seu próprio negócio, o que pode promover melhores condições financeiras. Já no caso de Beatrice, ela provavelmente é a principal fonte de renda de sua casa, já que seu marido não consegue um trabalho fixo, o que para ela está atrelado ao fato de serem estrangeiros. Isso não quer dizer que Louise não tenha vivenciado situações discriminatórias, visto que ela afirmou não ser fácil ser refugiada, porém a violência não foi marcada em seu relato.

A xenofobia narrada por Beatrice e Therese, assim como por outros moradores do campo de refugiados, mostra que esta exacerba a diferença de um grupo em relação ao Outro em uma via de mão dupla, pois da mesma forma como para os nacionais o estrangeiro aparece como ameaça, para o estrangeiro os nacionais também se mostram

⁸ *one day I was in the train, I was in the train and the train was very full, and one lady came... one lady came, she asked if we can move, that she can sit. So, she said and other people other like standing because it was very full and the South African start talking about because that "look at this foreigner, look at this foreigner, you only get the place to her sisters foreigners" and they are shouting in their language, you see? And he said "oh, why are you looking bad?". I did ask them before I sit. So he got talking "Ah! You must just go back to your country!" You see, just stuff like that. "Go back to your country. What are you doing here? You guys are putting query what? What? What you see? You come and take our jobs then order some duty." And there was very angry. So one was getting up at the station which she just pulled me (...) I suppose be falling or dying or... you see?*

como ameaçadores (SICHONE, 2008). São medos que se retroalimentam e que se interseccionam ao racismo nestas relações de poder.

Além disso, a xenofobia pode ser reforçada em momentos de crise. Durante a pandemia, por exemplo, o governo da África do Sul construiu um muro na fronteira com o Zimbábue, com o argumento de impedir a imigração ilegal e a entrada de pessoas infectadas pelo coronavírus (MUTAMBARA et. al, 2021). Mutambara et. al. afirmam que mecanismos legais que favorecem os cidadãos sul-africanos em detrimento dos não-cidadãos seriam um estímulo à xenofobia (SKINNER & WATSON, 2020, apud MUTAMBARA et. al, 2021), tendendo a acentuar esta divisão.

Essa divisão entre cidadãos e não-cidadãos não quer dizer, evidentemente, que os primeiros tenham acesso pleno a todos os seus direitos e os segundos não. A África do Sul é um país extremamente desigual e os limites da cidadania estão diretamente atrelados à raça, gênero, classe social, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença. Uma hipótese é que as frustrações dos nacionais acentuam ainda mais a aversão ao estrangeiro que faz reivindicações que eles mesmos muitas vezes não têm acesso (como por exemplo a um trabalho, visto a alta taxa de desemprego).

Como apontado por Sichone (2008), trata-se de uma pequena parte da população mundial que sai de suas casas. O número de migrantes ao redor do mundo gira em torno de 3.6% segundo a OIM⁹ (Organização Internacional para a Migração) e muitas vezes estes são usados como bodes-expiatórios, sendo culpabilizados por falhas do próprio sistema capitalista em promover trabalho, segurança e saúde para a população.

Para Neocosmos (2006), as explicações sobre a xenofobia na África do Sul em termos de crise econômica, transição política, privação material e as heranças do apartheid têm sua parcela de verdade, mas nenhuma delas é adequada em si mesma. É necessário compreender quais discursos estão em jogo, e no caso da África do Sul, estes perpassam por uma forma particular de discurso político acerca da cidadania e de uma relação específica entre Estado e sociedade.

Um ponto importante a ser evidenciado é que o Estado do apartheid dividiu a população em diferentes categorias raciais, nas quais as pessoas passaram a ser classificadas como *blacks* (negras), *coloured* (miscigenadas) ou *whites* (brancas). As relações inter-raciais passaram a ser proibidas e houveram esforços legais para a

⁹ Fonte: <https://www.iom.int/data-and-research>. Acesso em 11 de junho de 2023.

manutenção da pureza racial. Segundo Moutinho (2004), havia a noção de que a mistura de raças suplantava a raça branca pela não-branca, indicando um processo de enegrecimento no qual “a “raça negra” parece se impor sobre a “branca”, contaminando-a, desestruturando-a e, por fim, aniquilando-a” (MOUTINHO, 2004, p. 374).

Quando se institucionalizou o racismo legal em 1948, milhares de pessoas foram expulsas de suas casas para a criação de bairros exclusivos para pessoas brancas, de origem europeia, e as primeiras foram levadas para os bairros distantes e precários conhecidos como *townships*. Para Neocosmos, naquele momento tanto os sul-africanos negros (*blacks*), como as pessoas estrangeiras, eram tratados como estrangeiros e excluídos da cidadania.

Com o fim do *apartheid* em 1994, Neocosmos afirma que a noção de uma África do Sul para sul-africanos foi além do discurso anti-colonialista e atuou também como um discurso xenofóbico, fazendo parte das práticas do Estado na construção da Nação e da cidadania. Para este novo Estado as diferenças seguiram naturalizadas, através agora de uma concepção de cidadania marcada pela indigeneidade. Para o autor, coube ao Estado fazer esta definição e a sociedade teve uma posição passiva neste processo.

Em relação ao *apartheid* e à xenofobia na África do Sul contemporânea, Beatrice trouxe uma reflexão bastante pertinente:

Às vezes nós não culpamos eles, porque eles vêm do *apartheid*. Eles sempre culpam isso. Desculpe por dizer isso, mas apenas pessoas negras, entende? É, é... eles veem uma pessoa negra: estrangeiro. Mas tem um monte de pessoas brancas que são estrangeiras. Você não faz nada, entende? Então o problema às vezes... nós entendemos eles, eles vêm do *apartheid*. É muito doloroso para eles, mas eles fazem isso para estrangeiros, não é... não é bom.¹⁰

A sua fala evidencia que as raízes do *apartheid* estão ainda muito presentes, como já apontado pela literatura, mas que estas se espalham e alcançam também as pessoas que

¹⁰ *sometimes we don't blame them because they're coming from apartheid (...) they always blame on it. Sorry to say that, but only black people, you see? (...) Yeah, yeah, they see black people: foreigner. But there is a lot of white people that are foreigners. Yeah, you don't do anything, you see? So the problem sometimes... we do understand them, but they're coming from apartheid. It's very painful for them, but they made it to foreigners is not... is not good.*

não são sul-africanas e procuraram este país para viver. As sequelas deste regime não afetam apenas as vidas dos envolvidos naquele momento, mas persistem em suas segregações, seja em relação à raça, etnia ou ao estrangeiro. O *apartheid* segue influenciando nas possibilidades de ser. Segundo Moutinho, ainda persiste

a memória de um Estado que diferencia seus cidadãos em categorias de raça se articula a outras experiências vividas e apresenta a diferença racial como algo encopassador das diferenças de classe, escolaridade e de oportunidades no mercado de trabalho. Em realidade, o tempo do *apartheid* se mantém vivo e atuante por meio de uma experiência de exclusão e humilhação, cuja base é a combinação entre raça e língua (MOUTINHO, 2014, pp. 219-20).

Os cidadãos sul-africanos seguem vivenciando níveis de exclusão. As desigualdades de renda cruzadas com raça são enormes, com renda de lares de pessoas negras correspondente a 16% da de lares de pessoas brancas. Segundo Tiriba (2019), “61,9% de todos os *blacks* sul-africanos vivem abaixo da linha de pobreza, número que sobe para 79,1% na zona rural” (TIRIBA, 2019, p. 4). Atualmente, a taxa de desemprego é de 32,9% (sendo considerada uma das mais altas do mundo¹¹) e estas são maiores entre pessoas negras em relação a outros grupos raciais, e maiores entre mulheres do que entre homens¹². Segundo Schierup (2018), após o *apartheid* a desigualdade de renda inter-racial diminuiu, mas a intra-racial aumentou, e a pobreza e o desemprego continuam concentrados nas antigas áreas dos bantustões.

Para os refugiados e solicitantes de asilo, a segregação é operada em diversos planos, através da burocracia e da morosidade para obter o status legal de refugiado, das instituições e do cotidiano. Apesar das dificuldades e situações de xenofobia que muitas vezes são enfrentadas pelas pessoas, há quem queira voltar e quem deseja permanecer. Este último é o caso de Michel, motorista de aplicativo congolês, que me contou que está

11

<https://www.statssa.gov.za/?p=16312#:~:text=South%20Africa's%20unemployment%20rate%20in,the%20highest%20in%20the%20world>. Acesso em 18 de fevereiro de 2024.

12

https://www.parliament.gov.za/storage/app/media/1_Stock/Events_Institutional/2020/womens_charter_2020/docs/30-07-2020/A_Statistical_Overview_R_Maluleke.pdf. Acesso em 25 de fevereiro de 2024.

há anos na África do Sul, e com o passar do tempo e os filhos adultos, economizou dinheiro para regressar à sua terra. Primeiro voltou para escolher uma casa para morar, mas quando estava lá já não se sentia pertencente ao lugar. Sua família, filhos e netos, estavam na África do Sul, assim como seus amigos. Retornar era um desejo que perdeu o sentido, e ele mudou de ideia.

Considerações finais

Como a literatura aponta, existem muitas diferenças entre as vivências de pessoas refugiadas, e na África do Sul isso não é diferente. Na verdade, esta é uma categoria que busca agrupar sujeitos forçados a se deslocar, mas dentre eles existe uma enorme diversidade de vivências, a depender de seu gênero, raça, classe e outros marcadores sociais da diferença, além do *status* legal. As dinâmicas de asilo, também relacionadas ao *status* legal das pessoas refugiadas, influenciam grandemente em suas relações, na circulação pela cidade e quais trabalhos são possíveis.

Busquei apresentar neste trabalho que estar refugiado na África do Sul implica diferentes possibilidades de prestígio e desprestígio social e de uma vida mais ou menos segura. Apesar das diferenças, de alguma forma as experiências de parte das pessoas que entrevistei se conectam através da dolorosa violência da xenofobia, que ocorre em muitos contextos e países distintos. O que diferencia de alguma forma a xenofobia na África do Sul é que esta tem características marcadas por sua história, composta não apenas pelas violências do *apartheid*, mas também pela construção do Estado após este período, que baseou a cidadania em uma noção de indigeneidade.

Referências bibliográficas

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo:** uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo: UNESP, 2004.

MOUTINHO, Laura. Sob a ótica do feminino: raça e nação, ressentimentos e (re)negociações na África do Sul pós-apartheid. In: Alexandre, O., Luís, W., & Cardoso De Oliveira, R. (n.d.). **Pensando bem Estudos de sociologia e antropologia da moral.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. Pp. 205-225.

MUTAMBARA, Victoria M; CRANKSHAW, Tamaryn L.; FREEDMAN, Jane. Assessing the Impacts of COVID-19 on Women Refugees in South Africa. **Journal of Refugee Studies**, v. 35, n. 1, p. 704-721, march 2021.

NEOCOSMOS, Michael. **From 'foreign natives' to 'native foreigners':** explaining xenophobia in post-apartheid South Africa : citizenship and nationalism, identity and politics. CODESRIA, 2006.

SCHIERUP, Carl-Urik. Sob o arco-íris: migração, precariedade e poder popular na África do Sul pós-apartheid. In: **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 26, n. 54, p. 115-150, dezembro de 2018.

SCHOCKAERT et al. Behind the Scenes of South Africa's Asylum Procedure: A Qualitative Study on Long-term Asylum-Seekers from the Democratic Republic Of Congo. **Refugee Survey Quarterly**, v. 39, n. 1, p. 26-55, february 2020.

SICHONE, Owen B. (2008). Xenophobia and xenophilia in South Africa Africans migrants in Cape Town. In: **Anthropology and the new cosmopolitanism**, Phina Werbner (org.). Routledge, 2008.

SOUTH AFRICA. Act N. 130 of 1998. Refugee Act, 1998 [South Africa]. Cape Town, 1998. Disponível em: https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/a130-980.pdf. Acesso em 17 de fevereiro de 2024.

TIRIBA. Thais Henriques. *Sugar relationships: sexo, afeto e consumo na África do Sul e no Brasil*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.27, n.3, e66921, 2019.